A SEMANA
na África
Clipping sobre PALOP e África Austral

11 a 17 de Outubro de 1992 Nº 59

ANGOLA: A recusa da UNITA em aceitar o resultado das eleições.

Apesar da possibilidade de ocorrer uma surpresa com a recontagem dos votos que vem sendo feita, é dado como certo por todos observadores internacionais a vitória de José Eduardo dos Santos já no primeiro turno das eleições. O MPLA, por sua vez, obteria 128 lugares no Parlamento, enquanto a UNITA apresentaria 71 deputados. A UNITA continua afirmando que ocorreram fraudes nas eleições em benefício do MPLA e em decorrência disso recusa-se a aceitar o resultado. No entanto, até o momento o partido de Savimbi não apresentou nada substancial que caracterizasse a fraude. As FALA abandonaram as FAA, numa nítida demonstração da força de coesão da UNITA e de apoio ao seu líder, agravando ainda mais a situação política. Os generais da FALA exigem a revisão ou anulação do processo eleitoral, bem como o reconhecimento de que houve pressão dos "ninjas" (polícia anti-motin) sobre os eleitores.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) suspendeu o anúncio dos boletins de apuração e continua adiando o resultado oficial numa tentativa de proporcionar tempo para uma saída negociada desse impasse. Entretanto esta alternativa está cada vez mais difícil. Em decorrência da unanimidade dos observadores internacionais de que as eleições realizaram-se de forma regular e sem maiores problemas a UNITA tem buscado um distanciamento internacional. Savimbi e seus comandados não deixam passar a oportunidade de afirmar que esta é uma questão entre angolanos, o que tem atrapalhado a ação dos observadores do processo de paz. Nem mesmo o antigo aliado norte-americano conseguiu frear o ímpeto de Savimbi. As declarações de Herman Cohen, subsecretário de Estado dos EUA para os assuntos africanos, de que o seu país aceitaria os resultados que a ONU analizasse e estabeleceria de imediato relações plenas com Luanda se o MPLA fosse confirmado vencedor foram consideradas como um aviso à Savimbi de que dessa vez ele enfrentará as conseqüências sozinho. A própria África do Sul tem sido pressionada a usar a sua influência sobre Savimbi para que ele aceite o resultado das eleições. O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, "Pik" Botha deverá deslocar-se a Luanda com este objetivo.

A atitude paciente do MPLA de esperar o resultado oficial das eleições e seu reconhecimento pela ONU tem sido considerado por todos os que acompanham o processo angolano como uma prova de amadurecimento político do partido. O ganho político que tem sido obtido com esse silêncio ainda não foi contabilizado, mas será, certamente, retribuido após a resolução desse impasse ou no próprio desenvolvimento deste. (p. 01 a 06) MB

NESTA EDIÇÃO:

Surpresas nas eleições presidenciais em Angola p.01

Reações à Recusa da UNITA em acatar os resultados das eleições p.05

Entrevista com Afonso Dhlakama pp.9-10

Miguel Trovoada, presidente de S. Tomé e Príncipe, visita Portugal p.11

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

MOÇAMBIQUE: Assinatura do acordo da paz marca o início da reconstrução do país?

Finalmente, após dois anos de arrastadas negociações, foi assinado o acordo de paz entre o governo moçambicano e o movimento guerrilheiro Renamo. A cerimônia de assinatura contou com a presença não somente das partes, mediadores (Igreja Católica, representada por D. Jaime Gonçalves, bispo da Beira e pela Comunidade de Santo Egídio, e governo italiano, representado pelo senador Mario Rafaelli) e observadores (EUA, Portugal e África do Sul), mas também de graduadas personagens de países vizinhos — os presidentes Mugabe e Masire (respectivamente de Zimbabwe e Botsuana), o vice-presidente do Quênia — e enviados da ONU e da OUA. Segundo Jorge Heitor, correspondente do jornal português Público, a Renamo no último momento apresentou uma série de propostas sem prévio acordo com os representantes do governo moçambicano, criando um impasse resolvido somente devido à intervenção dos observadores, Herman Cohen, subsecretário de Estado americano, Pik Botha, ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, e Durão Barroso, de Portugal.

O acordo foi em seguida ratificado pelo parlamento moçambicano, o que, no entender do presidente Joaquim Chissano, poderá "tranquilizar" a direção da Renamo, contribuindo para a eliminação (pelo menos para a diminuição) da hostilidade entre as duas maiores forças políticas do país.

A implementação do acordo, todavia, permanece problemática; há ainda uma indefinição acerca de como serão efetivamente postas em prática as delicadas tarefas de desmobilização, desarmamento e acantonamento dos milhares de combatentes de ambos os lados. De certo sabemos que estas tarefas serão coordenadas por uma Comissão de Supervisão e Controle (CSC), composta por um número igual de representante do governo moçambicano e da Renamo, decidindo por consenso. A presidência da CSC será exercida por um alto-comissário da ONU, a ser nomeado pelo secretário-geral desta organização, Butros-Butros Ghali. A situação do país é quase caótica, (tanto a correspondente do Expresso Nicole Guardiola quanto Jorge Heitor destacam a presente ameaça de "somalização", posto que já proliferam os "senhores da guerra") e a confluência dos diversos interesses em jogo — entre os quais, obviamente, os da Renamo, uma organização qualificada pelo antropólogo francês Christian Geffray, como recorda Jorge Heitor, como uma máquina de guerra sem objetivos políticos— podem ameaçar a tão duramente conseguida (?) paz. (pp. 7 e 11)

Comentário

José Eduardo Agualusa

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 8 OUTUBRO 1992

Uma vitória contra Savimbi

A VITÓRIA do MPLA, que há dois meses atrás pouca gente se atrevia a prever, é obviamente imoral. Em 17 anos de poder absoluto, o partido de José Eduardo dos Santos conseguiu o prodígio de transformar um dos países potencialmente mais ricos do mundo num fatigado caos de escombros. Ao contrário da maioria dos países africanos, Angola tinha, à data da independência, uma importante sociedade com tradição urbana; tinha quadros em número suficiente para assegurar a gestão do país; tinha uma consciência nacional que se sobrepunha ao sentimento étnico; tinha uma rede eficaz de estradas e de caminhos de ferro, pontes, centrais hidro-eléctricos, enfim todo um conjunto de infra-estruturas que faziam inveja a muitos países. O MPLA destruiu tudo isto e, sobretudo, destruiu as pessoas.

O MPLA levou a fome para os campos, trouxe a corrupção para as cidades, promoveu a incompetência a um ponto tal que as situações de miséria afligem hoje a própria classe dirigente. Há poucas semanas, o dramaturgo José Mena Abrantes, técnico superior dos serviços da Presidência da República, disse numa entrevista a um semanário angolano que todos os dias tem de subir a pé vários andares transportando baldes e baldes de água porque, no seu prédio, há anos que o elevador não funciona e a água não chega. Esta é uma hi[illegible]a banal.

[illegible]ante deste cenário, como puderam os angolanos votar maioritariamente no MPLA? A resposta não é difícil: porque o MPLA contou, durante a semana eleitoral, com um aliado muito poderoso — Jonas Malheiro Savimbi. Chefe total de uma estrutura totalitária, Savimbi não foi capaz de se adaptar à luta democrática. Obcecado com o controlo do poder dentro do seu próprio partido, afastou ou eliminou quase todos os dirigentes com capacidade de elaborar estratégias. A UNITA chegou assim à campanha eleitoral transformada num movimento acéfalo, onde apenas um homem decidia tudo. Numa altura em que o povo ansiava por ouvir falar de paz, Savimbi escolheu o discurso agressivo e belicista. Quando era evidente que a UNITA devia procurar alianças entre as estruturas representativas do grupo crioulo, Savimbi optou pelo estabelecimento de acordos com meia dúzia de zairenses que, conforme os resultados eleitorais vieram a confirmar, não representam sequer os angolanos regressados do país vizinho. Pior que isso, Savimbi hostilizou as populações urbanas, ignorou os quadros, e conseguiu a unânime antipatia das velhas e influentes famílias luandenses ao pôr repetidamente em causa a angolanidade de José Eduardo dos Santos, chamando-o santomense.

O desprezo do líder da UNITA pela sociedade urbana levou-o [illegible]vo a subestimar a importância da campanha da televisão. O i[illegible]rtante para ele era levantar as populações rurais e para isso recorreu à exaltação nacionalista, de fundo étnico, e ao discurso xenófobo. Em pouco tempo tornou-se evidente que a UNITA não era — ou não era já — o importante movimento nacional, de origem camponesa, que muita gente acreditara poder constituir uma alternativa ao MPLA. Os ovimbundus votaram na UNITA porque, apesar de todos os erros, sentem que é o partido que melhor os representa. O resto dos angolanos preferiu dar o seu voto ao MPLA. Não por acreditarem nele, mas porque queriam parar Jonas Savimbi.

"O nosso lobo venceu o outro", dizia-nos ontem um luandense. "Agora é preciso matá-lo." Os representantes do MPLA tiveram uma estranha vitória. É improvável que consigam persuadir o povo a comemorar com eles. ■

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 8 OUTUBRO 1992

UNITA abandona Forças Armadas angolanas

AS FORÇAS ARMADAS da UNITA (FALA) abandonaram o exército angolano — anunciou, ontem, o chefe do Estado-Maior das FALA, Arlindo Pena (Ben-Ben). Segundo este, a decisão foi tomada em consequência do que Pena classificou de "burla que defraudou todo o processo democrático" e, também, por os membros do movimento liderado por Savimbi se sentirem "traídos pela parte do Governo". Pena fora empossado, há uma semana, na chefia do Estado-Maior das novas forças armadas angolanas, cargo que partilhava com António França (N'Dalu), indicado pelo Governo. Esta atitude da UNITA é interpretada em Luanda como um gesto de força, para impedir a publicação oficial dos resultados, que, tudo indica, darão a vitória do MPLA e de José Eduardo dos Santos.

Candidatos à boleia

OS RESULTADOS das eleições presidenciais trouxeram algumas surpresas no que diz respeito aos candidatos não signatários de Bicesse. O afundamento de Daniel Chipenda, por exemplo, surpreendeu muita gente, enquanto alguns anónimos andaram à boleia.

Savimbi melhor do que a UNITA, José Eduardo pior do que o MPLA, esta é a primeira grande surpresa do escrutínio ainda incompleto das primeiras eleições livres em Angola. O protagonismo do actual Presidente da República durante os quatro meses que antecederam as eleições e a agressividade e intolerância que Savimbi revelava nos seus comícios faziam crer que o MPLA andaria a reboque do seu líder e que a UNITA teria mais apoios do que o seu líder.

Quanto a José Eduardo dos Santos, a primeira explicação para a diferença que o separa do seu partido é a concepção confusa do boletim de voto, que teria induzido em erro os seus eleitores. José Eduardo dos Santos estava entre Alberto Neto, do Partido Democrático Angolano (PDA), e Honorato Lando, do Partido Reformador Angolano (PRA), que surgem surpreendentemente em quarto e quinto lugares, com quase dois por cento de votos cada. O facto de os respectivos partidos não terem conseguido qualquer expressão nas legislativas leva a supor que terão "apanhado boleia" de José Eduardo dos Santos. Ainda assim, os cerca de 122 mil votos que estes dois candidatos somavam ontem à tarde, quando haviam sido escrutinados oficialmente mais de 3,7 milhões, ficam aquém dos 151 mil que separam o MPLA do seu líder, isto sem ter em conta, por exemplo, que quem votou PRS (mais de 70 mil votos) e quase todos os apoiantes do PLD (cerca de 73 mil) votaram Eduardo dos Santos nas presidenciais.

Os 3.752.032 votos que até às 19 horas de ontem tinham sido escrutinados revelavam, por outro lado, que mais de 184 mil angolanos tinham escolhido Jonas Savimbi para presidente sem, contudo, terem votado na UNITA. É ainda prematuro analisar a incidência regional deste fenómeno, mas em Luanda, por exemplo, Jonas Savimbi já registava mais 30 mil votos do que o seu partido. Fenómeno que se repetia nas províncias do Huambo, Bié e Benguela.

O fim de Chipenda

O antigo jogador da Académica parece ter terminado de forma inglória uma carreira política que teve momentos muito altos: um dos raros ovimbundus a tornar-se dirigente do MPLA, Chipenda rompeu com Agostinho Neto em 1974, liderando a chamada Revolta do Leste. Com a vitória do MPLA na guerra civil exilou-se em Portugal, mas em 1979 aceitou regressar a Angola e foi pouco depois nomeado embaixador no Cairo. A ele se deve a criação do Fórum Democrático Angolano, FDA, formado por jovens dissidentes da UNITA, que o MPLA utilizou com alguma eficácia para combater Jonas Savimbi. Porém, quando se esperava a sua ascensão no partido, a velha guarda barrou-lhe o caminho.

Desgostoso, Chipenda voltou a abandonar o MPLA e apresentou-se como candidato independente e alternativo às presidenciais. Foi uma decisão tardia. Figura prestigiada, o "Kota Chipas", como também é conhecido, reunia condições para se transformar em líder de uma terceira força que, afinal, não chegou a existir.

Holden Roberto, outro nome histórico do nacionalismo angolano, também não foi capaz de se assumir como alternativa, obtendo apenas dois por cento dos votos expressos, menos do que os conseguidos pelo seu partido. Luís dos Passos, o candidato do Partido Renovador Democrático (PRD), o primeiro rosto das listas, surge em sexto lugar, logo seguido de Simão Cacete, dois dos mais jovens candidatos presidenciais. ■

António Matos
e José Eduardo Agualusa,
em Luanda

Jogos de guerra

António Monteiro
em Luanda

As abandonarem o exército único, os militares da UNITA mostraram-se dispostos a seguir Savimbi até ao fim e obrigaram o Conselho Eleitoral a suspender a divulgação de resultados. "Nada voltará a ser como dantes", comentou um militar português que participou na formação do novo exército. Em Luanda, o clima subiu vertiginosamente.

A retirada dos militares da UNITA das recém-formadas Forças Armadas Angolanas (FAA), — nomeadamente dos oito generais — surpreendeu todos os observadores e poderá ter contribuído para isolar mais Jonas Savimbi e o seu partido. A UNITA considera que "esta é uma questão entre angolanos", nas palavras de um alto dirigente.

Ao reagir às posições da Administração norte-americana, ontem apresentadas pelo seu subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Salupeto Pena afirmou em Luanda: "O senhor Cohen não é angolano e são os angolanos que vão sofrer se a guerra voltar a Angola." Cohen afirmara que o abandono das FAA pelos ex-militares da UNITA era "uma violação grave dos acordos de paz" (ver declarações nesta página).

Esta atitude não é, porém, contraditória com posições anteriores assumidas por Jonas Savimbi, que tem razões para estar seguro da fidelidade dos seus militares. Por exemplo, que no final do passado mês de Julho este dirigente partidário afirmara que "a facção das FALA [ex-exército da UNITA] dentro das FAA não combateria em Cabinda". E o gesto político da passada segunda-feira vem, por outro lado, contrariar as expectativas de que o novo exército seria apartidário e os seus elementos seriam já fiéis a uma nova filosofia e disciplina militar.

Talvez por isso, a notícia do abandono de "Ben Ben" e sete outros generais da UNITA foi recebida com perplexidade entre os militares portugueses que assessoraram a formação das novas FAA, juntamente com franceses e ingleses. Durante a tarde em que aconteceu a conferência de imprensa — em que os oito militares leram uma declaração impondo como condição para o seu regresso "a revisão ou repetição do acto eleitoral" —, "alguns deles tinham participado com empenhamento e entusiasmo numa reunião em que se tratava da desmobilização", revelou ao PÚBLICO um oficial português.

Militares portugueses perplexos

O mesmo pareceu, todavia, preocupado em esclarecer que esta foi uma atitude política, não militar: "Quem os incitou a tomar esta atitude sabe bem o mal que causou", desabafou. Para este oficial português, "nada está definitivamente comprometido, mas nada voltará a ser como antes".

Luanda não pareceu sobressaltada pela atitude da UNITA, apesar de "O Jornal de Angola" ter noticiado na primeira página da sua edição de ontem, destacando-o num fundo azul, o abandono dos militares do partido de Jonas Savimbi. "FALA abandonam FAA com ameaça de guerra", escrevia-se em título.

De resto, aqueles que são já os sinais de normalidade permaneciam inalterados: no bairro Miramar o inusitado aparato de tropas de Savimbi mantém-se. Um pouco por toda a cidade, "ninjas" e polícia normal ocupam posições estratégicas. O único sinal da preocupação das pessoas foi a subida vertiginosa do preço da moeda norte-americana, entre a manhã e a tarde: o valor de troca de dólares por kuanzas passou de 2200 para 3600, em menos de seis horas.

"Não queremos voltar à guerra. [...] Mas, para evitar o pior, as Forças Armadas do lado da UNITA nas FAA exigem que três condições sejam cumpridas", disse aos jornalistas, na noite de segunda-feira, o general Arlindo Pena "Ben Ben", chefe do Estado-Maior General das FAA, posto que partilhava com o general António dos Santos França "N'Dalu" e em que fora empossado exactamente oito dias antes. As condições impostas eram revisão ou anulação do acto eleitoral, a interrupção do escrutínio eleitoral e o reconhecimento de que teria havido "ninjas" a intimidar as pessoas nos dias de votação.

À segunda condição, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) parece ter respondido ontem. Às 15h00, o seu presidente, Caetano de Sousa, explicava aos jornalistas: "O escrutínio provisório será agora interrompido, quando faltam contar dez por cento das mesas, para se começar a trabalhar nos dados definitivos."

Quanto à revisão ou anulação do acto eleitoral, Savimbi e a UNITA estão, de facto, cada vez mais isolados — excepção feita ao apoio que recebem da coligação AD, do PDA e dos dois aliados quiocongos, Mfulumpinga Victor e André Kilandakinoko. E mesmo no seio do partido de Jonas Savimbi as opiniões não são unânimes: "Savimbi está a ser influenciado por aqueles que querem de novo a guerra", queixava-se ao PÚBLICO um proeminente militante.

Analistas militares calculam em cerca de três mil, apenas, o número de militares das FALA, o exército da UNITA, já integrados nas FAA. Entre 25 mil e 30 mil homens deste exército, dissolvido ao mesmo tempo que as FAPLA, do MPLA, na véspera das eleições, foram reunidos em 22 áreas de acantonamento espalhadas pelo país, com vista à sua desmobilização.

A UNITA não terá dificuldades em mobilizá-los e armá-los de novo, acham os mesmos analistas militares, citados pela agência Reuter. Savimbi mantém, entretanto, um número indeterminado de homens em armas. Ao abrigo dos acordos de Bicesse, ambos os partidos autorizaram-se mutuamente a garantir a segurança armada aos respectivos líderes, a oficiais superiores e a inúmeras estruturas políticas até ao nível de comité de bairro. ■

REACÇÕES

•LISBOA CONDENA — O Governo português considerou "inaceitáveis quaisquer tomadas de posição em que se procure impor pela força, ou qualquer outra forma desajustada de pressão, a alteração da situação actual" em Angola. O Governo de Aníbal Cavaco Silva lamenta a decisão dos generais da UNITA de abandonarem as Forças Armadas de Angola (FAA), onde tinham sido integrados há uma semana, e espera "que reassumam o compromisso que juraram". Sobre as queixas de fraude, invocadas pela UNITA, Lisboa considera que "existem e podem ser accionados" mecanismos de investigação, aliás previstos "quer na legislação eleitoral angolana quer nos dispositivos de observação e verificação internacionais", e promete apoiar "todas as medidas tendentes a assegurar e a confirmar a total transparência do processo eleitoral angolano".

•WASHINGTON AVISA — O secretário de Estado adjunto dos EUA para os Assuntos de África, Herman Cohen, criticou a decisão dos generais da UNITA, num comunicado transmitido pela rádio Voz da América e em declarações ao novo canal português de televisão, SIC. Trata-se, disse, de "um passo infeliz que não está de acordo nem com a letra nem com o espírito dos acordos de paz" assinados em Bicesse, em 31 de Maio de 1991. "Esta acção aumenta em vez de diminuir as tensões dos últimos dias em Angola", acrescentou. Em declarações feitas no passado fim-de-semana, através de Cohen e do seu representante na CCPM, o embaixador Jeffrey Millington, os EUA tinham já incitado Jonas Savimbi a aceitar os resultados das eleições.

•"FONTE OFICIAL" — De entre os vários cenários de interpretação avançados por observadores que acompanham de perto a situação em Angola, salienta-se a seguinte hipótese veiculada pelo escritório em Luanda da agência Lusa, que cita "fonte oficial do processo de paz": "Aparentemente, a UNITA pretende obter pelo menos a criação de um governo de salvação nacional de transição por um par de anos até novas eleições". A confirmar-se esta intenção, ela pode constituir a corruptela de um outro cenário, traçado ao PÚBLICO, poucas horas antes do ultimato dos generais da UNITA ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), por um elemento da direcção da UNITA que, contra a opinião dos "falcões" que rodeiam Savimbi, defende a aceitação da derrota tanto nas legislativas como nas presidenciais: "O novo governo do MPLA teria tantas dificuldades em gerir a situação que dentro de dois anos se tornariam inevitáveis eleições antecipadas, que a UNITA ganhará com a maior facilidade". ■

UNITA sob pressão

O secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali, escreveu na sexta-feira uma carta pessoal a Jonas Savimbi em que o aconselhava a reconhecer a derrota nas eleições dos passados dias 29 e 30 de Setembro. Esta revelação foi feita ao PÚBLICO pelo responsável da UNITA para os Negócios Estrangeiros, Abel Chivukuvuku, a quem a carta de Butros-Ghali foi entregue no domingo pela representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, Margaret Anstee.

Na sua missiva, o diplomata egípcio recorda a Savimbi a forma elevada ("que tu e eu conhecemos") como general francês De Gaulle encarou a travessia no deserto ao assumir a derrota", descreve de memória Chivukuvuku.

As declarações de Chivukuvuku foram pronunciadas ontem à tarde, na sede nacional da UNITA, momentos de receber a visita de Margaret Anstee. Na agenda deste encontro estava a decisão do Conselho de Segurança da ONU de enviar a Angola uma missão especial para analisar no terreno as dificuldades que enfrenta o processo de paz (ver ao lado), nomeadamente depois de a UNITA se ter recusado a aceitar os resultados das eleições e ter retirado das novas Forças Armadas Angolanas os generais e oficiais superiores oriundos do seu exército.

Para este dirigente da UNITA, "o Conselho de Segurança é o Conselho de Segurança e Angola é Angola, pelo que essa missão será bem vinda se vier ajudar os angolanos". Esta atitude de Chivukuvuku não altera em nada a apreciação estratégia da UNITA de se isolar da comunidade internacional, que teve o mote nas declarações de Jonas Savimbi no passado sábado: "Esta é uma questão entre angolanos". Para o diplomata da UNITA, "a crise em Angola mantém-se" e o seu partido impõe duas condicionantes para a sua resolução: "Por um lado, não queremos a guerra; mas, por outro, não vamos legitimar a fraude."

A posição da UNITA de não aceitar os resultados eleitorais que lhe conferem a derrota nas legislativas e presidenciais está, de facto, cada vez mais extremada. De tal modo que Chivukuvuku não se coíbe de utilizar esta imagem: "Se nós tivermos de nos afundar no rio, não vamos sozinhos; não vamos deixar que os outros fiquem na margem a olhar para nós". A cada dia que passa, aumentam, portanto, os argumentos que justificam os receios de alguns observadores, para quem os maiores problemas do processo de paz angolano ocorreriam no período pós-eleitoral.

Em apenas três dias, a UNITA esgotou todos os trunfos que poderia utilizar na sua luta pelo não reconhecimento dos resultados eleitorais.

Na sua declaração de sábado, Savimbi desacreditou o Conselho Nacional Eleitoral e os observadores internacionais. Fez apelos à serenidade dos militantes do seu partido mas não excluiu liminarmente o recurso à guerra. Dois dias depois, os generais provenientes da UNITA, e que oito dias antes tinham sido empossados em importantes postos das novas Forças Armadas Angolanas (FAA), retiram-se, levando consigo todos os militares "do lado da UNITA nas FAA". Ameaçaram voltar a lutar se o acto eleitoral não fosse revisto ou anulado. Foi uma escalada vertiginosa da posição de força do partido — que durante 16 anos lutou pelos valores da democracia, da liberdade e do pluri-partidarismo — contra os resultados das primeiras eleições livres angolanas.

O representante da UNITA na CCPM, Salupeto Pena declarou ontem, à saída de um encontro com o CNE, que começava a aparecer "uma luzinha ao fundo do túnel", dado que fora conseguido um acordo sobre determinados princípios considerados fundamentais pelo seu partido. Segundo informou, hoje começam a trabalhar quatro comissões, encarregadas de averiguar as actas eleitorais, o material excedentário, o sistema informático e de comunicações, e as reclamações. O regresso eventual dos generais da UNITA às FAA depende da "evolução dos trabalhos", disse, insistindo em que a UNITA aceitará os resultados das eleições se houver "um trabalho sério, objectivo, transparente" no apuramento dos resultados.

Para observadores em Luanda, contudo, o clima de distensão criado está longe de se distender e é consequência da precipitação do partido de Jonas Savimbi. Alguns entendem que Savimbi está a fazer um perigoso "bluff" para negociar uma partilha do poder, outros temem a sua "imprevisibilidade".

Notório vai sendo o silêncio do MPLA, partido no poder, que parece aguardar uma posição definitiva da UNAVEM II, missão das Nações Unidas para a verificação das eleições angolanas, que deverá pronunciar-se nos próximos dias sobre a validade do acto eleitoral. E a questão que agora se coloca é a de saber se, depois disso, vai manter-se o tom cordato e a tolerância dos seus dirigentes e militantes.

Apesar de suspensa a contagem dos votos, o "Jornal de Angola" fez uma projecção da distribuição dos lugares no futuro parlamento. Com 90 por cento dos votos contados (e faltando conhecer a atribuição de sete dos 220 lugares), o MPLA aparece com um total de 128 deputados contra 71 da UNITA, cinco da FNLA e quatro do Partido Renovador Social (com votação significativa na Lunda). Três pequenos partidos obtêm representação, graças ao "círculo nacional": Partido Liberal Democrático (dois), Coligação Angola Democrática (um) e Partido Renovador Democrático (um). ■

António Matos, em Luanda

Apelo a Portugal

O MINISTRO angolano dos Negócios Estrangeiros, Pedro Van Dunem "Loy", reafirmou ontem em Lisboa a disponibilidade do MPLA para formar um "Governo de união nacional no qual devem participar, em função dos resultados obtidos, os outros partidos angolanos".

As declarações de Van Dunem foram feitas à saída da residência oficial do primeiro-ministro português, depois de um encontro com Cavaco Silva, a quem o chefe da diplomacia angolana entregou uma mensagem do presidente José Eduardo dos Santos.

"Um dos objectivos da minha viagem", disse Van Dunem, "diz respeito ao esforço que é preciso fazer para que a UNITA e o dr. Jonas Savimbi aceitem os resultados das eleições". Este é também o assunto da carta do Presidente angolano que Van Dunem entregou a Cavaco Silva, idêntica às que fará chegar ao secretário-geral da ONU e às autoridades de Washington, Pretória, Londres e Paris.

De Portugal, as autoridades angolanas esperam sobretudo apoio junto às instâncias internacionais. Com dois parceiros comunitários — Reino Unido e França — e Cabo Verde no Conselho de Segurança, Lisboa pode contribuir para que aquele órgão exerça pressão sobre a UNITA, diluindo as dificuldades da "gestão da decepção", para usar uma expressão do secretário-geral Durão Barroso. No cenário de uma persistência prolongada das tensões em Angola, Portugal poderia ainda exercer pressão através da Comunidade Europeia, que hoje desempenha um papel importante na recuperação económica de Angola. ■

REACÇÕES

Conselho de Segurança envia missão

O CONSELHO de Segurança decidiu enviar a Angola uma comissão "ad hoc" para apoiar o cumprimento dos acordos de paz assinados pelo MPLA e pela UNITA em Bicesse. Os 15 membros do Conselho aprovaram por unanimidade uma declaração em que pedem a todas as partes que "respeitem os compromissos assumidos no quadro dos acordos de paz, e em particular o de respeitar o resultado final das eleições". O Conselho de Segurança diz-se preocupado "face às informações recebidas, segundo as quais uma das partes nos acordos de paz contesta a validade das eleições", e lembra que as queixas deverão ser reguladas "através dos mecanismos estabelecidos para esse fim". A comissão partirá para Angola "dentro em breve" e será constituída por três membros de países representados no Conselho. Os EUA, a Rússia, o Marrocos e Cabo Verde figuram entre os países apontados como hipótese durante as consultas. ■

"New Iork Times" contra Savimbi...

A ÚNICA SOLUÇÃO responsável que resta a Jonas Savimbi é a de seguir o conselho do subsecretário de Estado norte-americanos para os Assuntos Africanos, Herman Cohen: aceitar os resultados eleitorais e trabalhar com o vencedor para construir um futuro democrático em Angola. O conselho vinha dado num editorial publicado na edição de ontem do "New York Times", bastante crítico em relação ao comportamento pós-eleitoral do líder da UNITA. Se Savimbi quiser voltar atrás nos acordos de paz, os americanos, "especialmente os seus admiradores conservadores, têm obrigação de tornar claro que marchará só", escreve o influente diário de Nova Iorque. "Durante anos, Savimbi insistiu que tudo o que queria era uma eleição livre. Pode demonstrar a sua sinceridade aceitando o resultado", conclui o editorial. ■

Savimbi pode aceitar derrota

Henrique Monteiro
enviado a LUANDA

EM ANGOLA todos os sinais prenunciam o regresso da guerra. Mas admitir a sua inevitabilidade seria não reconhecer a capacidade de Jonas Savimbi de, regularmente, surpreender o mundo com um golpe de rins. Ainda ontem informadores da UNITA diziam ao EXPRESSO que o seu líder é o mais moderado dos militantes — «ele tem estado a acalmar as bases». Por outro lado, diplomatas e observadores ligados à CCPM pensam que ele poderá tentar ressurgir no papel de grande sacrificado do processo. «Só falta acordar o lugar de Savimbi», disse-nos uma fonte diplomática, que acrescentou: «No entanto ele é conhecido por ser imprevisível».

A primeira reacção da UNITA aos catastróficos resultados que obteve nas eleições legislativas e presidenciais foi acusar o Governo de fraude. E como os observadores internacionais não encontrassem quaisquer indícios, foram acusados de estarem «mancomunados» com o MPLA. Mesmo o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, não escapou à ira da UNITA, por ter declarado que as eleições angolanas tinham decorrido bem.

A guerra por um fio

Na segunda-feira, o movimento de Savimbi deu um passo que poderia ter sido decisivo para o eclodir da guerra: retirou das novas Forças Armadas Angolanas todos os seus homens, incluindo os onze generais que lhes tinham jurado fidelidade oito dias antes. No dia anterior, domingo, e de forma discreta, o próprio Savimbi já tinha abandonado a sua casa no bairro de Miramar, em Luanda, voando até ao Huambo, capital de uma das quatro (em dezoito) províncias onde ganhou as eleições, cortando as comunicações com a CCPM, a UNAVEM e o Governo. Enquanto Savimbi dizia aos observadores estrangeiros que ia para o Huambo por razões de segurança pessoal, a UNITA afirmava aos jornalistas que o seu líder fora acalmar os militares do seu movimento, que queriam «reiniciar de imediato a guerra».

Por outro lado, os dirigentes do movimento de Savimbi que ficaram em Luanda afirmavam que, se as fraudes não fossem admitidas, recorreriam à força. «É uma hipótese à qual recorreremos», dizia ao EXPRESSO um responsável do Comité Central da UNITA. «Se for preciso acabamos com o petróleo de Angola num instante, bem como com as estruturas básicas. Agora estamos nas cidades e não no mato; tudo é mais fácil para nós», acrescentou. Por seu lado um responsável do Bureau Político do MPLA contactado pelo EXPRESSO admitia que o grau de destruição da UNITA é agora muito maior, avisando no entanto que, no caso de a UNITA recomeçar as hostilidades, o Governo responderia com uma mobilização geral.

Entretanto as provas de que teria havido fraudes não apareciam. As suspeitas do movimento centraram-se então no sistema informático com que são processados os dados eleitorais, o que uma fonte da CCPM considerou «perfeitamente ridículo».

Demonstrando um inequívoco mau perder, o líder da UNITA mantinha-se incomunicável no Huambo.

Apenas na quarta-feira (três dias depois de lá estar) se soube do seu paradeiro. Em resposta a uma carta de José Eduardo dos Santos, Savimbi acedeu então a um encontro com o general França Ndalu, homem de confiança do Presidente angolano.

Um lugar para Savimbi

As propostas de Eduardo dos Santos prevêem um Governo de unidade nacional onde a UNITA teria representantes na proporção dos seus votos, a atribuição ao candidato derrotado nas presidenciais de um lugar condigno e a nomeação pela UNITA de governadores nas quatro províncias em que ganhou. Savimbi não respondeu, mas o simples facto de ter recebido Ndalu foi considerado um passo significativo.

Já depois desse encontro, a televisão angolana transmitiu uma comunicação onde o Presidente se assumiu, pela primeira vez, como vencedor das eleições, embora salientasse que o grande triunfador tinha sido «o povo de Angola». Na mesma alocução, Eduardo dos Santos afirmou que os vencedores não devem de ser arrogantes e convidou publicamente Jonas Savimbi e Holden Roberto para uma reunião. A UNITA já admitiu a possibilidade desse encontro se realizar.

Ontem de manhã as negociações prosseguiram, tendo Savimbi recebido o representante especial do secretário-geral da ONU, Margareth Anstee.

Uma das saídas possíveis para Savimbi será afirmar que sacrifica tudo à democracia, inclusive a sua derrota e a do seu movimento numas eleições que poderá continuar a considerar pouco claras. Por outro lado, faria prevalecer a tese de que a sua deslocação a Huambo se destinou a acalmar a revolta dos seus militares e das suas bases.

Resultados eleitorais só a partir de terça-feira

É neste clima de alta tensão que os angolanos continuam à espera dos resultados eleitorais oficiais. Apesar de o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ter afirmado que o atraso se deve a uma questão técnica, a verdade é que tanto as Nações Unidas como os restantes observadores internacionais, particularmente Portugal, pressionaram no sentido de se retardar o anúncio oficial dos resultados finais.

Apesar de todas as mesas de voto estarem escrutinadas e de se saber que o MPLA e José Eduardo dos Santos são os vencedores das eleições legislativas e presidenciais, a «sugestão» de deixar passar mais uns dias visa ganhar tempo no sentido de se conseguir uma solução negociada para a crise angolana. Hoje mesmo deverá chegar a Luanda uma delegação do Conselho de Segurança da ONU que reforçará «in loco» os apelos à paz já efectuados em Nova Iorque.

Na próxima terça ou quarta-feira, altura em que os resultados devem ser finalmente anunciados, espera-se que os sinais de guerra já não sejam tão evidentes.

De acordo com o director-geral das eleições, o jurista angolano Onofre dos Santos (que até há pouco exercia advocacia em Lisboa), os números podem, no entanto, revelar uma surpresa. É que, nas recontagens que estão a decorrer, foram detectadas algumas irregularidades. Na província de Huíla, por exemplo, Eduardo dos Santos perdeu dois por cento com essa recontagem e embora em Luanda tenha ganho alguns décimos ninguém ontem poderia dizer ao certo se o actual Presidente baixaria dos 50 por cento. Saliente-se que quando o anúncio de resultados foi suspenso, na passada quarta-feira, a sua percentagem era de 50,8 por cento, conseguindo, portanto, «escapar» da segunda volta por escassos oito décimos.

A ser assim, os negociadores ganhariam não apenas três ou quatro dias, mas um mês, prazo legal para a realização do segundo escrutínio para as presidenciais.

Isto de modo nenhum poria em causa a vitória do actual Presidente já que há quase uma unanimidade no reconhecimento de que, com os erros cometidos, a derrota do líder da UNITA numa segunda volta seria ainda por uma margem superior à da primeira.

Quanto às legislativas não resta qualquer dúvida de que o MPLA terá a maioria absoluta no Parlamento angolano. A UNITA perdeu as eleições em 14 províncias, não tendo conseguido eleger qualquer deputado nas da Lunda Norte e da Lunda Sul.

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE OUTUBRO DE 1992

EXPRESSO
SÁBADO, 10 OUTUBRO 1992

Jonas Savimbi

A sua reacção de recusa dos resultados eleitorais surpreendeu os seus amigos pelo mundo fora, que o tinham na conta de um paladino da democracia. É possível que venha a retirar algum lucro a curto prazo da ameaça de recomeçar a guerra. Mas o que Savimbi irremediavelmente terá perdido é a sua credibilidade.



Reacções e recados

EXPRESSO, Sábado, 16 Outubro 1992

CONTRA os ventos e marés das crescentes pressões internacionais, responsáveis da UNITA continuavam, esta semana, a afirmar que, embora não queiram a guerra, não podem aceitar os resultados das eleições presidenciais e legislativas angolanas.

Em resposta à espiral de intransigência da UNITA — que os resultados oficiais provisórios divulgados até terça-feira apontavam como perdedora do sufrágio dos passados dias 29 e 30 de Setembro —, os «recados» directos ou indirectos enviados do exterior tinham um sentido bem claro: se não aceitasse os resultados de umas eleições quanto às quais não foram encontradas, até agora, provas substanciais ou credíveis de irregularidades, a UNITA ficaria isolada no plano internacional.

No sábado passado, a UNITA lançou uma ofensiva verbal contra o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) — que, apenas dois dias antes (1 de Outubro), apontava como o único organismo **«autorizado a publicar os resultados das eleições que reflectem a vontade do povo»** — e outros observadores internacionais.

A ofensiva começou com a comunicação ao país de Jonas Savimbi, difundida pela sua emissora, a «Voz do Galo Negro». Nela, o presidente da UNITA acusava o CNE de ter feito **«manobras em números falsificados»** e ameaçava tomar uma posição que poderia **«perturbar profundamente a situação»** do país.

Na segunda-feira, oito generais da UNITA — entre os quais Arlindo Pena «Ben Ben», que, uma semana antes, fora empossado como chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), cargo que partilhava com António França «N'Dalu» — abandonaram as FAA, levando atrás de si um número não determinado de ex-FALA já integrados no exército único angolano.

Até quinta-feira e por entre as constantes alegações de fraude, sucederam-se as ameaças, mais ou menos veladas, de uma nova guerra, a exigência de anulação das eleições e de realização de novo escrutínio, a promover pela ONU.

Entretanto, na terça-feira, o Conselho de Segurança da ONU decidiu enviar a Angola uma comissão «ad hoc» — integrada pelos EUA, Rússia, Cabo Verde e Marrocos —, que deverá chegar hoje a Luanda, para apoiar o cumprimento dos acordos de paz. Embora, por razões diplomáticas, esta comissão afirme ser seu objectivo encorajar **«todas as partes a aceitar os resultados eleitorais»**, é evidente que o seu principal intuito é pressionar Jonas Savimbi a fazê-lo.

E, em matéria de pressões sobre o líder da UNITA, as exercidas pelos EUA — juntamente com a África do Sul um dos grandes apoiantes de Savimbi durante a guerra em Angola — têm sido fortes. Na 3ª feira, o subsecretário de Estado dos EUA para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, declarava que Washington considera o abandono das FAA por militares da UNITA **«uma violação dos acordos de paz para Angola»**.

Dois dias depois, Cohen afirmava que, quando a ONU avalizasse os resultados definitivos das eleições, os EUA aceitariam **«as suas conclusões sem qualquer hesitação»** e estabeleceriam de imediato relações diplomáticas plenas com Luanda se o MPLA fosse confirmado como vencedor. Cohen, que falava perante a Subcomissão dos Negócios Estrangeiros para a África da Câmara dos Representantes, adiantou que as alegações de fraude feitas pela UNITA deviam ser investigadas, mas sublinhou que **«irregularidades não significam necessariamente fraude»**.

O outro grande aliado da UNITA durante a guerra, a África do Sul, analisava, na quinta-feira, a possibilidade de o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, intervir para evitar um novo conflito em Angola. O seu porta-voz, Awie Marais, disse que o seu Governo tem recebido pedidos de **«diversas entidades, além do Governo angolano»**, para usar da influência que tem junto de Savimbi para o levar a aceitar os resultados da consulta aos angolanos. Botha, cuja visita chegou a estar anunciada para 5ª feira, poderá deslocar-se nos próximos dias a Angola.

Direcção da UNITA reúne-se no Huambo

PÚBLICO

DOMINGO, 11 OUTUBRO 1992

António Matos, em Luanda

Enquanto se aguarda a chegada da missão das Nações Unidas, o CNE e a CCPM procuram evitar qualquer ruptura dramática entre as duas partes. A direcção política da UNITA está entretanto reunida no Huambo, onde se encontra o seu líder Jonas Savimbi.

O atraso da chegada a Luanda da comissão "ad-hoc" do Conselho de Segurança das Nações Unidas obrigou ontem a um compasso de espera na procura de soluções para a crise aberta em Angola com a recusa da UNITA em aceitar os resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e a CCPM (organismo que acompanha no terreno a aplicação dos acordos de paz) continuam os esforços conjuntos para manter em diálogo as duas partes e para apurar da existência, ou não, das fraudes que a UNITA alega terem existido no escrutínio dos votos.

A comissão de alto nível das Nações Unidas tinha a sua chegada prevista para ontem, mas acabou por adiar a viagem, alegadamente por razões técnicas e logísticas. Os diplomatas norte-americano, russo e marroquino são, entretanto, esperados hoje em Luanda, enquanto o embaixador cabo-verdiano nas Nações Unidas deverá chegar apenas amanhã.

A importância que os dois maiores partidos (MPLA e UNITA, signatários dos acordos de paz) atribuem ao apoio da comunidade internacional tem sido visível nas suas atitudes. A UNITA, apesar de insistir em que "a questão deve ser resolvida entre angolanos", para usar uma expressão de Savimbi, apelou — através de Abel Chivukuvuku — ao mundo para que "não caucione os resultados das eleições, em que se registou uma fraude massiva, sistemática e generalizada". O responsável dos Negócios Estrangeiros da UNITA repetiu este apelo, ontem à noite, ao corpo diplomático acreditado em Luanda, que convidou para uma recepção na sede nacional do seu partido. Por seu lado, o MPLA (no caso, o Governo e o Presidente da República em exercício) enviou a várias capitais internacionais elementos do ministério dos Negócios Estrangeiros — nomeadamente a Lisboa, Washington, Paris e Londres — que eram portadores de uma carta de José Eduardo dos Santos para os seus homólogos.

A reunião do Huambo

Ao mesmo tempo que decorrem estas movimentações, o partido de Jonas Savimbi mantém-se intransigente: enquanto não estiver concluída a averiguação ao processo eleitoral já desencadeada, não haverá recuos na sua posição de força, iniciada num discurso de Jonas Savimbi há oito dias e que culminou com a saída dos generais oriundos da UNITA das Forças Armadas Angolanas.

Note-se que, apesar deste abandono, em que os generais foram acompanhados de todos os outros militares que tinham combatido nas fileiras de Jonas Savimbi, em frente à sede nacional da UNITA continuam estacionados os carros com matrícula das FAA atribuídos aos oficiais superiores, assim como abundam soldados envergando as novas fardas do exército único.

As diligências efectuadas nos últimos dias para demover Jonas Savimbi ainda não produziram resultados visíveis, nem as de José Eduardo dos Santos, que lhe enviou um emissário — o general França "N'Dalu" —, nem as das Nações Unidas, através da representante especial do secretário-geral em Angola, a britânica Margaret Anstee.

Ontem, porém, o PÚBLICO apurou em Luanda que a direcção política da UNITA tinha a maioria dos seus elementos reunida no Huambo — para onde Jonas Savimbi partiu há oito dias. Nesta reunião, os dirigentes da UNITA estavam a analisar as propostas de entendimento formuladas pelo Presidente da República em exercício, e virtualmente eleito em 29 e 30 de Setembro, no sentido da aceitação dos resultados eleitorais. ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 8 OUTUBRO 1992

Savimbi abandonou Luanda

O PRESIDENTE DA UNITA, Jonas Savimbi, deixou ontem Luanda em direcção ao Huambo — confirmou ao PÚBLICO na noite Norberto de Castro, director do jornal Terra Angolana e dirigente do movimento. A informação foi dada durante uma conferência de imprensa convocada para apresentar provas das alegadas fraudes cometidas no apuramento dos resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro. Essa conferência de imprensa, que se transformou numa batalha campal com insultos e tentativas de agressão aos jornalistas, segundo Norberto de Castro, Savimbi dirigiu-se para o Huambo — uma das regiões onde a UNITA tem mais influência — para "tranquilizar os dirigentes locais do partido". No entanto, de acordo com alguns observadores em Luanda, a viagem de Savimbi é interpretada como uma medida de protecção pessoal. ■

António Matos, em Luanda

Dois mortos e cinco feridos em Luanda

Com o dedo no gatilho

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 12 OUTUBRO 1992

António Matos,
em Luanda

Um tiroteio de 40 minutos transportou ontem os sons da guerra para Luanda. MPLA e UNITA conseguiram sanar o incidente, mas este constituiu uma séria advertência. A tensão que se vive em Angola pode degenerar facilmente num novo conflito armado.

Duas pessoas morreram e cinco ficaram feridas ontem na baixa de Luanda num tiroteio envolvendo polícias e militares da UNITA e que segundo habitantes da capital angolana, ouvidos pelo PÚBLICO, foi o mais intenso ali registado desde 1975.

Alguns observadores não hesitam em considerá-lo o mais grave incidente verificado desde a assinatura dos acordos de paz, em 31 de Maio de 1991. Diplomatas ouvidos pelo PÚBLICO em Luanda consideram, contudo, que a rápida, e aparentemente definitiva solução do incidente, constitui "uma prova de que há menos gente interessada na guerra do que parece à primeira vista".

O tiroteio na baixa de Luanda ocorreu no dia em que chegou à capital angolana a comissão "ad-hoc" constituída no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas com o objectivo de analisar o processo eleitoral na sequência da rejeição, pela UNITA, dos resultados que vinham sendo divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral que lhe conferiam a derrota, bem como ao seu candidato presidencial, Jonas Savimbi.

Quase tão depressa como chegaram, há cerca de um ano, as famílias dos dirigentes nacionais da UNITA saíram nos últimos dias da cidade de Luanda. Na maioria dos casos limitaram-se a abandonar os quartos dos dois hotéis da capital onde se haviam instalado, já que a maioria não chegou a obter uma casa. Apenas alguns dirigentes mais destacados o conseguiram, mas mesmo nestes casos as famílias não esperaram por melhores oportunidades, embarcando com rumo desconhecido num Hercules C-130 sul-africano, alugado pela UNITA.

Nos hotéis Trópico e Turismo ficaram quase exclusivamente os operacionais e os militares do partido, o que foi entendido por muitos como um sinal de que a tensão se iria agravar em Luanda. Foi frente ao hotel Turismo que se registaram os incidentes de ontem.

Para a UNITA, o rebentamento de uma bomba perto daquele hotel na madrugada de domingo — um acto que continua a descrever como a explosão de um carro (com matrícula governamental) armadilhado — "foi uma provocação do MPLA". "Como vê, fomos novamente provocados", disse ao PÚBLICO, no meio dos confrontos, o general Madaleno Tadeu. Por seu lado, elementos do MPLA consideram que "foi tudo uma orquestração da UNITA para inculpar o Governo".

Das janelas dos prédios da rua da Missão, que confina com o Largo do Kinaxixi e com a Mutamba, onde se registaram os últimos tiros, já alguns habitantes procuravam, entretanto, ver com os seus próprios olhos o que se passava. Alguns observadores e muitos cooperantes foram surpreendidos pela notícia do tiroteio quando regressaram aos seus hotéis. Tinham mantido o passeio habitual das manhãs de domingo até porque esperavam que a "visita da delegação das Nações Unidas acalmasse os ânimos", como explicou um deles ao PÚBLICO.

O que se verifica, porém, é uma certa indiferença da UNITA em relação a esta missão do Conselho de Segurança. O partido de Jonas Savimbi tinha convocado, para ontem, no Huambo, uma reunião da sua direcção política, mas parece alheio aos esforços que vêm sendo desenvolvidos para evitar a eclosão de uma nova guerra civil em Angola, que para muitos seria uma guerra de secessão. De facto, vem crescendo o número dos que defendem que a UNITA poderá ter ganho na direita sul-africana e nos agentes económicos por si defendidos, um novo aliado, empenhado em comprometer o processo de paz angolano e dividir o país.

O Conselho de Segurança receia que a poeira levantada por Jonas Savimbi, ao recusar-se aceitar o resultado das eleições, ponha em causa os processos que a ONU tem vindo a patrocinar, desde São Salvador ao Camboja, passando por Moçambique. ■

CRÓNICA DAS HORAS QUE ABALARAM LUANDA

04h15 • Junto ao hotel Turismo, onde estão alojados vários elementos da UNITA, entre eles alguns dirigentes, rebentou uma bomba de fraca potência que fora colocada debaixo de um carro azul de marca Volvo. A explosão deixou uma pequena cratera no chão mas não provocou vítimas. Pouco depois, elementos da Polícia acorrem ao local, acabando por ficar prisioneiros da UNITA, no hotel: seis agentes da Polícia antimotim e seis da Polícia popular.

10h30 • Um grupo de jornalistas chega ao hotel Turismo, onde obtém de dirigentes da UNITA autorização para observar os polícias que tinham sido aprisionados. Quando os jornalistas entram no quarto onde se encontravam os reféns, ouvem-se tiros.

10h50 • Segundo vários testemunhos recolhidos no local, uma viatura preta vence a barreira que entretanto foi formada por militares da UNITA que fecharam o acesso à rua, e passa diante do hotel Turismo. Segundo fontes daquele partido, foram disparados tiros do carro, que deixaram feridos cinco soldados da UNITA; segundo um operador de câmara da RTP, ouviu-se um disparo e tudo se precipitou. Tudo leva a crer que foi este acção que desencadeou o intenso tiroteio de 40 minutos.

11h00 • A rádio da UNITA — Vorgan, Voz da Revolução do Galo Negro — fala de um "atentado em larga escala pelo rebentamento de uma bomba colocada num carro de matrícula governamental". No musseque Rocha Pito, forças da UNITA e elementos da Polícia envolveram-se num intenso fogo cruzado, cuja duração e consequências se desconhecem ainda.

11h10 • Uma nuvem de fumo denuncia a queda de um morteiro na sede provincial da Polícia de Luanda.

12h00 • A rádio Nacional de Angola refere-se, no seu noticiário, a uma "situação tensa em Luanda na sequência do rapto de 12 polícias pela UNITA", citando um comunicado da Polícia.

12h10 • O aeroporto internacional de 4 de Fevereiro, de Luanda, é encerrado "até novas ordens", informou uma fonte da Polícia.

12h30 • Um graduado da Polícia cumprimenta três soldados da UNITA. Do outro lado do largo fronteiro ao hotel Turismo, o diálogo entre as duas partes parece mais consistente. Era a confirmação do desanuviamento — iniciado dez minutos antes das conversações entre o comandante provincial da Polícia de Luanda, que se dirigira ao hotel, e o brigadeiro Madaleno Tadeu, da UNITA. Militares e polícias hesitam, ainda assim, em deixar avançar os correspondentes da RTP e do PÚBLICO, que regressavam ao local, onde os carros da televisão pública portuguesa e da SIC evidenciavam nos vidros, na chapa e nos pneus os sinais dos confrontos.

12h35 • Últimos tiros, no largo da Mutamba, onde se encontrava o enviado especial do "Diário de Notícias". Duas pessoas armadas, à civil, com a multidão de um lado e militares da UNITA do outro. Os populares gritam "dispara, dispara"; os tiros ecoaram durante cinco minutos.

12h50 • Os jornalistas saem finalmente do hotel, caminhando a pé cerca de 300 metros, depois de obterem garantias de segurança por parte da Polícia e da UNITA. Elementos fardados da UNITA impedem a captação das últimas imagens às três equipas de televisão que tinham seguido os incidentes — RTP e SIC, de Portugal, e uma estação namibiana.

13h00 • A CCPM reúne-se de emergência para analisar os acontecimentos. Em declarações à Rádio Nacional de Angola, Salupeto Pena, representante da UNITA neste organismo, avisa: "Os dize 'mipas' estão lá connosco e não tentem fazer mataquiços senão fuzilamo-los a sangue frio. E, por favor, não toquem no 'mais velho' [forma deferente como os dirigentes da UNITA se referem a Jonas Savimbi] senão isto fica feio; quem não tem nada a perder é capaz do pior".

15h00 • Dois jornalistas da RTP são detidos pela Polícia e conduzidos a uma esquadra, sendo libertados rapidamente. Um sinal do nervosismo que se instalara na cidade.

15h30 • A CCPM continuava reunida. A Polícia entretanto começou a regressar às unidades e os militares da UNITA regressaram às suas "posições" anteriores ao confronto. Pelo menos dois civis tinham morrido e cinco militares da UNITA tinham ficado feridos.

18h00 • Na presença da britânica Margareth Anstee, representante especial do secretário-geral da ONU, a UNITA libertou os doze polícias detidos desde a madrugada, obtendo em troca, a libertação de 32 presos, alegadamente seus simpatizantes.

Comentário

Jorge Heitor, em Roma

O risco de somalização

O ACORDO Geral de Paz para Moçambique, assinado domingo no Ministério italiano dos Negócios Estrangeiros, deixa-nos muitas reticências.

Foi bastante difícil negociá-lo e há nele pontos bastante controversos. A começar talvez pela divisão, que na prática se fez, entre um país da Frelimo e outro da Renamo.

Não é uma Jamba que existe agora, num ponto remoto do território, junto à fronteira com determinado vizinho. São bolsas várias, que Afonso Dhlakama diz, decerto com algum exagero, corresponderem a 85 por cento do território de Moçambique e a quase metade da sua população.

A administração pública em tais zonas, que se situam essencialmente nas províncias de Manica e Sofala, o centro do país, entre o Zimbabwe e o Índico, será feita — nos termos do acordo — unicamente por cidadãos nela residentes, ou seja, por pessoas que pertencem à Renamo ou que desde há vários anos se encontram sob o seu controlo.

Esse princípio, um daqueles em que Dhlakama conseguiu impor os seus pontos de vista, ao levar praticamente a parte de leão das concessões mútuas que se foram fazendo de 1990 para cá, levanta o perigo de uma espécie de "somalização" de Moçambique, e a ele há ainda a acrescentar que existem pelo país fora outros grupos armados, outros "senhores da guerra", como Jimi Phiri na Zambézia e um outro mais recente em Cabo Delgado.

Por outro lado, a Frelimo vai ter de desmobilizar nos próximos meses muitas dezenas de milhares de homens, que tal como uns quantos milhares de excedentes na Renamo que não serão integrados nas novas Forças Armadas, poderão constituir um grande perigo de agitação na sociedade civil.

Setenta ou oitenta mil homens que desde há há quatro ou mais anos andavam a fazer a guerra, a destruir e matar, não se habituarão facilmente à ideia de uma sociedade democrática e pacífica, tanto mais quando isto se passa num país de extrema pobreza, onde o rendimento anual "per capita" é quase um centésimo do português...

Afonso Dhlakama, que se considera um vencedor, apesar de não gozar de grandes simpatias internacionais, nem nos meios políticos nem na Imprensa, bem se poderá instalar calmamente na residência que já lhe foi reservada em Maputo (junto à do embaixador português), mas os generais e coronéis que formou na Gorongosa terão porventura a tentação de continuar a lutar. Um antropólogo francês, Christian Geffray, que estudou a Renamo qualificou-a como uma simples máquina de guerra sem nenhum projecto político.

Por tudo isto é muito mais, pela extrema miséria de Moçambique e pela influência que nele exercem os acontecimentos da África do Sul e os interesses do Zimbabwe, é que se receiam os riscos de incidentes, as violações do cessar-fogo e um malogro parcial de tudo aquilo que com tanto esforço se foi conseguindo nas modestas instalações da comunidade romana de Santo Egídio.

O Papa prontificou-se a receber as duas delegações que ao longo de mais de dois anos cruzaram as vielas e praceta do bairro de Trastevere e bem poderá interceder por todos os moçambicanos, pedindo um milagre, pois talvez só mesmo por milagre é que o que foi conseguido por uma mediação tão dispersa, com tão poucos meios, poderá vir a ser um verdadeiro êxito.

A ONU, a Organização de Unidade Africana, Portugal, a Itália, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos vão tentar garantir o cumprimento de tudo o que está escrito no Acordo Geral de Paz e — ainda — o respeito do calendário previsto para o cessar fogo e para a realização de eleições dentro de um ano. Mas decerto irão ter muitos problemas na interpretação dos diversos protocolos e na resolução dos litígios que não deixarão de surgir entre os homens da Frelimo e os da Renamo.

Sabendo nos que os 16 meses passados sobre a assinatura formal do acordo de paz para Angola não foram de modo algum um mar de rosas, muito mais se teme que numerosos espinhos surjam entre o dificílimo acordo de Roma e a prevista ida dos moçambicanos às urnas.

Para já, agora que — pelo menos em teoria — desapareceram os obstáculos a uma livre circulação, o que é preciso é que a ONU comece o mais depressa possível a coordenar o envio de mais alimentos e de uma maior assistência médica para um povo que desceu, na última década, aos maiores índices do sofrimento humano, colocando-se na lista dos dramas do nosso tempo ao lado dum Biafra, duma Etiópia ou duma Somália.

O país que nos deu Malangatana, Mankeu, Bertina, Craveirinha e outras figuras das artes internacionalmente reconhecidas, bem merece que o não deixemos estiolar, vítima de uma seca e das numerosas guerrilhas de todo o tipo. ■

Dhlakama defende exército de formação portuguesa

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 6 OUTUBRO 1992

O PRESIDENTE da Renamo, Afonso Dhlakama, declarou ontem à noite ao PÚBLICO, em Roma, desejar que Portugal seja o principal país a colaborar na formação das novas Forças Armadas de Moçambique, mesmo que outros possam intervir em tal tarefa. Segundo Dhlakama, a Grã-Bretanha "ficou um pouco desapontada", porque queria que as futuras tropas moçambicanas fossem treinadas em Nyanga, no Zimbabwe (por instrutores do Reino Unido), e o presidente Chissano já teria aceite tal.

Na mesma ocasião, ao receber, durante mais de uma hora, três enviados da informação portuguesa, Dhlakama — em declarações de que daremos mais pormenores na nossa edição de amanhã, dada a hora tardia a que foram feitas — destacou que "a Frelimo está a dar mais ênfase à paz, enquanto que, para a Renamo, o que mais importa é a democracia".

Afonso Dhlakama disse ter conseguido quase 100 por cento do que desejava quando encetou as negociações com o Governo, pretendendo, agora, uma emissora que leve a todo o país as posições do movimento.

Mais adiante, afirmou ter tido "uma prisão mais difícil do que a de Mandela (durante os cerca de 16 anos em que andou na guerrilha): a Winnie ia visitá-lo. O regime racista permitia que a esposa dele fosse à prisão beijá-lo. E quando ficasse doente, tinha médico à disposição... Eu é que sofri mais do que o Mandela" — concluiu Dhlakama.

Quanto a "Pik" Botha, o líder da Renamo entende que ele é "malandro", por ter dito que o influenciara no sentido de assinar o acordo de paz". "Não temos nenhumas relações com a África do Sul e não aceito pressões de ninguém" — garante Afonso Dhlakama. (ver pág. 16) ■

Jorge Heitor, em Roma

Papa com moçambicanos

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 6 OUTUBRO 1992

JOÃO PAULO II apelou ontem ao Governo de Moçambique e à Renamo para se dedicarem "com toda a urgência a construir um futuro de reconciliação, justiça e paz". O Papa recebeu em audiência privada Afonso Dhlakama e, depois, as delegações das duas partes moçambicanas que na véspera assinaram o acordo de paz, e os mediadores.

Dirigindo-se às duas delegações, João Paulo II manifestou a sua "alegria" pelo termo da guerra civil e das "lutas fratricidas e trágicas que devastaram o país e causaram inúmeras vítimas". Apelou ao "respeito da dignidade de todas as pessoas" e à liberdade de exercício dos "direitos fundamentais, sem restrições ou limitações, justificadas a pretexto da segregação racial ou da discriminação social". Saudou o papel dos mediadores, com destaque para o bispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, e para a Comunidade de Santo Egídio.

Alívio em Pretória

Entre as reacções internacionais mais significativas, destaca-se a da África do Sul, onde a Imprensa anunciou o acordo nas primeiras páginas, dedicando-lhe alguns editoriais. "Alívio" é um dos títulos, reflectindo a preocupação que os sucessivos adiamentos do acordo haviam provocado. Todos sublinham a importância da pacificação de Moçambique para a estabilização do conjunto da África Austral.

O jornal pró-governamental "The Citizen" sublinha os erros da antiga política externa da África do Sul que, mesmo depois dos acordos de Incomati com Samora Machel, apoiou militarmente a Renamo: "Tal como aconteceu em Angola, onde a África do Sul apoiou a UNITA na luta contra o Governo de Luanda, a África do Sul parece ter também apostado no cavalo errado em Moçambique". ■

Chissano anuncia em Lisboa data da ratificação dos acordos de paz para Moçambique

"Dia E" será hoje ou amanhã

Joaquim Fragoso Nogueira

O Parlamento moçambicano deverá ratificar hoje ou amanhã os acordos de paz assinados em Roma. A informação sobre a data do "Dia E" — a expressão usada nos acordos para designar o dia em que serão incorporados na ordem jurídica nacional — foi dada pelo Presidente Joaquim Chissano em Lisboa, na varanda da residência oficial do primeiro-ministro, pouco antes de almoçar com Cavaco Silva.

Para além das previsíveis manifestações de satisfação pela assinatura dos acordos de paz, as declarações de Joaquim Chissano e Cavaco Silva concentraram-se essencialmente sobre o papel que caberá a Portugal no caminho da reconciliação nacional em Moçambique.

Depois de o primeiro-ministro ter manifestado "a disponibilidade de Portugal para que o processo chegue a bom termo", o Presidente moçambicano enumerou as formas concretas que poderá assumir a colaboração portuguesa, ainda dependente de "acertos com a Renamo": presença na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), participação na formação das novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, apoio "material e técnico" na organização das eleições e estatuto de observador no acto eleitoral.

Portugal entre outros

Nas referências que fez à contribuição portuguesa a partir da assinatura dos acordos de Roma, Joaquim Chissano teve sempre o cuidado de evitar a impressão de que Portugal virá a ter um papel preponderante em relação aos demais países envolvidos no processo de reconciliação nacional.

Antes mesmo de responder à primeira pergunta que lhe foi colocada pelos jornalistas, Chissano fez questão de prestar um "esclarecimento" sobre uma questão posta a Cavaco Silva. Interrogado sobre a possibilidade de Portugal "coordenar" a implementação dos acordos, o primeiro-ministro dissera que a coordenação cabe aos moçambicanos. Chissano aproveitou para lembrar que a CSC, a entidade central de todo o processo, onde terão lugar representantes de Portugal "e de outros países", será presidida por um homem nomeado pelo secretário-geral das Nações Unidas.

Pouco depois, respondendo a uma pergunta sobre a eventual diluição do papel da Itália após a celebração dos acordos, deixou claro que o papel de Roma não está esgotado e explicou as referências explícitas à contribuição portuguesa: "Mencionou Portugal como mencionaria a Itália se estivesse em Itália".

O próprio significado desta passagem por Lisboa foi relativizado por Chissano. "Tinha tempo", disse aos jornalistas, referindo-se à necessidade de esperar pelo voo que o levará de Paris a Maputo.

O Presidente moçambicano só pareceu menos à vontade quando confrontado com a aparente frieza com que a população moçambicana recebeu a notícia da assinatura dos acordos. Chissano refugiou-se na falta de informações — "Eu não estou lá, estou aqui" — e prometeu a declaração de um feriado nacional para assinalar o acontecimento.

Apesar de ausência de reacções em Maputo e no resto do país, resultantes da grande frustração de sábado, quando todos esperavam a celebração dos acordos que só viriam a ser assinados no dia seguinte, Chissano garantiu, sem muita convicção, que "os moçambicanos prepararam as suas galinhas e cabritos para festejar".

Também sem grande convicção, Cavaco Silva anunciou a visita do líder da Renamo a Portugal "durante a próxima semana". Sob o olhar atento de Durão Barroso, que também participou no almoço, o primeiro-ministro explicou que foi Dhlakama quem manifestou interesse em passar por Lisboa e disse que não dispunha de "informações seguras" sobre a data da visita.

Depois do almoço em S. Bento, o Presidente Chissano seguiu para Belém, onde convidou pessoalmente a Mário Soares a visitar Moçambique antes das eleições. ■

Entrevista com Afonso Dhlakama

Auto-retrato de um 'duro'

Do nosso enviado
Jorge Heitor, em Roma

"Fiz a figura de um líder muito forte, democrático, que queria a paz, que queria a democracia, que não queria assinar um acordo apenas no papel, para enganar europeus" — disse ao PÚBLICO, em Roma, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, acerca do seu comportamento durante as negociações do Acordo Geral de Paz para Moçambique.

"Consegui obrigar a Frelimo a aceitar uma comissão que fiscalizasse devidamente as actividades do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE). Foi já na última hora, porque tinha dado um ultimato. Eu já dizia a todos os chefes de Estado, todos, todos: 'Vou-me embora. Sou um independente vou para a Gorongosa. Mando passear isto. A guerra vai continuar!' O Chissano tinha que aceitar. Disse que os seis elementos da Renamo na Comissão de 21 membros podem pedir uma investigação e que basta ela ser apoiada por mais dois elementos para se efectuar" — afirmou também Dhlakama, ao recordar as tormentosas jornadas de 1 a 4 de Outubro.

"Eu disse a eles todos, Mugabe, Masire (Presidente do Botswana), ao representante das Nações Unidas: 'Irmãos, não estou aqui para ceder. Se os senhores querem ir, boa viagem. O problema é moçambicano. Só vou assinar um documento em que acredito". Diziam que se iam embora se eu não assinasse. Que fizessem boa viagem" — contou o líder da Renamo, quando na segunda-feira á noite esteve mais de uma hora á conversa com enviados do PÚBLICO, da Lusa e do "Diário de Notícias".

Prioridade a Portugal

"Os britânicos queriam que as novas tropas de Moçambique fossem treinadas em Nyanga, no Zimbabwe. Mas eu pessoalmente rejeitei.

"Se for um instrutor português a dar instrução do armamento, da aplicação e essas coisas, é mais fácil. A gente fala a língua e tudo aquilo é mais prático, mais leve, mais rápido" — explicou.

Tanto quanto se sabe, o secretário de Estado Durão Barroso teria entendido que não era conveniente alguém assinar, sob pressão, um documento com o qual ele não estava de acordo, pois que nesse caso nada garantiria que daí a dias não viesse a denunciar o que estava escrito, sob o pretexto de que a assinatura lhe fora arrancada à força.

O chefe da Renamo — que tem a mulher e os quatro filhos a viver em Portugal — ficou grato pela compreensão manifestada e só não vai já agora a Lisboa porque a sua presença é requerida com urgência na Gorongosa, sob pena de as bases do movimento começarem a ser receptivas àquilo que considera a "propaganda" que está a ser feita pela Rádio Moçambique.

Em Novembro, porém, Afonso Dhlakama espera visitar Portugal, os Estados Unidos — onde não era recebido enquanto não assinasse a Paz —, a França e a Grã-Bretanha, designadamente com o fim de obter fundos para montar uma emissora e editar publicações. E além disso necessita de técnicos para a transformação da Renamo em partido. "Preparar homens em cursos intensivos de seis semanas: como é que um político consegue transmitir uma mensagem ao público, nos comícios".

Os grandes princípios que invoca são "Democracia, liberdade, justiça e respeito pelos direitos humanos". Entende mesmo que, "se o José dos Santos (sic) hoje diz ser o vencedor das eleições em Angola, é graças á luta levada a cabo pela UNITA. Porque se a UNITA não tivesse combatido pelo multipartidarismo, o José dos Santos nem sonharia ser eleito, continuaria só como um Presidente ditador".

Na sua opinião, "isto pode vir a acontecer também em Moçambique. A Renamo ganhou a democracia e vai tentar ganhar as eleições", espera ganhá-las. "Há muitos europeus que querem ter um partido forte como seu aliado na África" — mas se acaso isso não acontecer, aceita reinetar-se ao papel de oposição política.

Considera que os seus anos de guerrilha constituíram um sofrimento maior do que aqueles que Nelson Mandela passou na prisão, pois nunca obtinha médicos para o assistirem quando estivesse doente nem o direito a visitas de uma esposa como Winnie: "As minhas visitas eram só bombas para me eliminarem".

Uma das suas animosidades actuais é contra o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, "Pik" Botha, que alegou em público tê-lo influenciado a chegar a um compromisso com Chissano e a assinar o acordo de paz: "Já disse a um jornal queniano que ele é mentiroso. Só no passado é que tive o apoio da África do Sul, um pouco. Ace-

Tentaram por várias vezes, mandaram diplomatas. Chissano tinha aceite. Até com o ministro da Defesa, que esteve há um mês em Maputo, fizeram um acordo. Mas eu disse não. A Renamo quer que os portugueses assumam o comando na preparação das tropas moçambicanas" - revelou Dhlakama, que parece sensibilizado por Lisboa não haver alinhado ao lado daqueles que ao longo da última semana muito o pressionaram para que assinasse o acordo tal como estava preparado, sem mais exigências.

bou em 1964. A mim ninguém me influencia, os mediadores também tentaram brincar comigo e convidaram pessoas antes de a negociação estar pronta. Não aceito pressões, nem brincadeiras. Sou muito determinado. Quando digo não, é mesmo não". ■

Chissano recebido entusiasticamente em Maputo

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, teve ontem um acolhimento entusiástico no seu regresso de Roma, onde assinou domingo o acordo de paz com o chefe dos rebeldes da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), Afonso Dhlakama.

Milhares de pessoas deslocaram-se ao aeroporto de Maputo sob um sol escaldante, aguardando a chegada do avião que traria a delegação presidencial, enquanto outros milhares de pessoas a esperavam no trajecto que liga o aeroporto ao centro da cidade.

A saída do avião, o Presidente Chissano acenou com um exemplar do volumoso acordo de paz, enquanto a multidão aplaudia. "Não há vencedores nem vencidos nesta guerra", declarou, numa breve alocução. "Ou antes: o único vencedor é o povo moçambicano. (...) Foi o povo que conseguiu esta paz e é ele que a defenderá", acrescentou. "Aprendemos a lição", disse ainda Chissano. "Não queremos mais a guerra no nosso país."

O Presidente concedeu em seguida uma conferência de imprensa e depois presidiu a uma reunião do Conselho de Ministros para decidir as medidas imediatas de aplicação do acordo de Roma.

Na conferência com os jornalistas, Chissano disse que se instala gradualmente a confiança entre o Governo e a Renamo, mas que o cessar-fogo não deveria entrar formalmente em vigor antes da chegada dos representantes da ONU e da formação da comissão encarregada de supervisionar o acordo de paz. ■

Moçambique: emboscada precede cessar-fogo

O ESTADO-MAIOR das Forças Armadas moçambicanas acusou ontem a Renamo de ter organizado uma emboscada contra três camiões que seguiam de Moçambique para a Suazilândia. O comunicado refere que dois camionistas sul-africanos foram mortos e o terceiro espancado e roubado. Trata-se da primeira acção da Renamo após a assinatura no domingo, em Roma, do acordo de paz entre o Governo de Maputo e o movimento rebelde. O ministério moçambicano e a Renamo afirmaram na ocasião a intenção de ordenar às suas forças o fim imediato das hostilidades, condição prévia para a entrada em vigor do cessar-fogo.

O cessar-fogo só entrará formalmente em vigor após a chegada a Moçambique dos observadores da ONU, ainda sem data marcada, afirmou em Maputo Joaquim Chissano. Enquanto entre os partidos da oposição não-armada moçambicana o ambiente era de cepticismo e expectativa sobre os resultados do acordo geral de paz, a Comunidade Europeia "felicitou-se" ontem pelos resultados alcançados em Roma. "O acordo abre a perspectiva de um progresso em direcção à paz, à reconciliação nacional e à democracia multipartidária", pode ler-se no documento divulgado em Londres. A CE apela ainda às duas partes para que "apliquem o acordo de boa fé e reafirmem o seu compromisso na ajuda à reconstrução do país". Em Harare, o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, garantia por sua vez que retiraria as suas tropas de Moçambique logo que a segurança nas vias de acesso ao mar estejam asseguradas. Os cinco mil soldados tinham por missão proteger os "corredores" da Beira e Maputo, vitais para que o regime de Harare garanta o seu acesso ao Oceano Índico. ■

Joaquim Chissano



Cedeu e esperou, ao ponto de parecer estar nas mãos do seu adversário Dhlakama. Mas retirou dividendos, ao dar uma imagem de homem de Estado responsável e paciente e, sobretudo, ao levar para Maputo a única coisa que interessava os moçambicanos: um acordo de paz devidamente assinado.

Afonso Dhlakama



Não quis assinar nada em Roma antes de saber os resultados das eleições em Angola. Terá ficado preocupado com a derrota de Savimbi. Mas, afinal de contas, foi reconhecido pelo Governo de Maputo e pela comunidade internacional. Aguarda-se a reconversão democrática de uma das mais ferozes guerrilhas do século.

O debate da ratificação

O PARLAMENTO moçambicano voltou a reunir-se ontem em Maputo, continuando a sessão iniciada no princípio da tarde de quinta-feira, para discutir e ratificar o acordo de paz assinado a semana passada em Roma entre o Governo e os rebeldes da Renamo.

O Presidente, Joaquim Chissano, abriu a sessão declarando que "a missão foi cumprida", e colocou-se à disposição dos deputados para responder a questões sobre o acordo e a sua aplicação. Após a leitura dos documentos e protocolos que constituem o acordo, vários deputados, alguns dos quais raramente intervêm nos debates, usaram a palavra para manifestarem a sua satisfação pela paz de Roma e colocarem questões de pormenor sobre a aplicação dos acordos.

A abertura e optimismo com que a Assembleia recebeu os acordos de Roma deverá, observou Chissano, "tranquilizar" a direcção da Renamo, que nunca acreditou que os acordos fossem ratificados facilmente pelo Parlamento.

O Presidente congratulou-se com o comportamento não agressivo da Renamo nos últimos dias, apesar do cessar-fogo não estar oficialmente em vigor. "Não tem havido violência, nem militar nem verbal, o que é sinal de um bom começo", declarou.

Por seu lado, o representante da Renamo em Maputo, Anselmo Victor, considerara, no dia anterior, "amistosas" e "reconciliatórias" as declarações do Presidente Chissano à chegada a Moçambique, domingo. "O Presidente Chissano não tentou ferir a Renamo, ao informar a população sobre a assinatura em Roma da paz que o povo tanto esperava", disse ao jornal "Notícias" Anselmo Victor, chefe da representação do movimento de Afonso Dhlakama na comissão mista de verificação dos acordos militares. E acrescentou que os guerrilheiros da Renamo aguardam apenas "o apito final" para acabar com a guerra.

No primeiro dia da sessão do Parlamento, o deputado e antigo ministro Sérgio Vieira foi o mais insistente na apresentação de pedidos de esclarecimento. Na sua última intervenção, resumiu que existe no país um sentimento de "grande alívio" mas também de "interrogação" sobre o futuro. Chissano respondeu que está optimista e preparado para dar resposta aos contratempos que possam surgir. "Alguns distraídos ou desinformados poderão violar o acordo de paz, mas o Governo está preparado para utilizar toda a compreensão necessária".

Mais difícil que Angola

Analistas políticos de países vizinhos exprimiram, no entanto, opiniões pessimistas sobre o futuro próximo de Moçambique, por não existir suficiente envolvimento internacional no processo de paz.

Em declarações à Reuter, um cientista político da Universidade do Zimbabwe, Jonathan Moyo, comparou os processos moçambicano e angolano. "Em Angola, houve um maior envolvimento internacional, especialmente das superpotências, que garantiu e policiou o processo de paz. E, no entanto, veja-se o que Savimbi está a fazer. Excepto tentar convencê-lo a aceitar os resultados eleitorais, a comunidade internacional pouco mais pode fazer pelo cumprimento do acordo e punição dos que o desrespeitam. Se em Angola não está a ser possível fazer funcionar os acordos, o que acontecerá em Moçambique, onde o processo de paz constituiu um esforço apenas regional?"

E o analista concluiu os seus negros augúrios explicando que "em Angola nunca deixou de existir qualquer coisa como um Governo. Não se pode dizer o mesmo de Moçambique, onde os organismos estatais entraram todos em colapso. O país está controlado por 'gangs' que, por conveniência, operam sob o 'guarda-chuva' da Renamo mas são na realidade incontroláveis. Isto será a maior dor de cabeça para os responsáveis pela manutenção da paz. A comunidade internacional deveria ter assumido a tutela do Governo de Moçambique durante o cessar-fogo e o período de transição, sob pena de assistirmos à formação de uma nova Somália".

Quinta-feira, o subsecretário americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, considerou essencial o papel das Nações Unidas na verificação e fiscalização do cessar-fogo em Moçambique, mas acrescentou que, dados os elevados custos das operações de manutenção de paz, os EUA procurarão que a presença de elementos da ONU seja o mais reduzida possível. "Acreditamos que a operação das Nações Unidas prevista para Moçambique não deve ser maior do que que a desenvolvida em Angola", afirmou.

E referindo-se à relutância de alguns militares da Renamo em aceitar os termos do acordo assinado pelo seu líder, Cohen disse que os EUA acreditam na promessa de Afonso Dhlakama de que o movimento aderirá "inequivocamente" ao cessar-fogo, mantendo a disciplina das suas forças. ■

PÚBLICO SÁBADO 10 OUTUBRO 1992

MOÇAMBIQUE

Um acordo sob condição

O PRESIDENTE Joaquim Chissano regressou a Maputo levando na bagagem o «acordo geral de paz» que assinou em Roma com o seu «irmão» Afonso Dhlakama, presidente da Renamo. O Papa João Paulo II abençoou o armistício, mas a maioria dos moçambicanos quer primeiro ver para crer.

A ratificação dos acordos pela Assembleia Nacional, reunida para o efeito, não alterou sensivelmente a situação. «Mera formalidade», apressaram-se a dizer os pequenos partidos da oposição, enquanto protestavam contra a marginalização das outras forças políticas em benefício exclusivo dos dois «partidos armados».

Chissano disse aos deputados que a sua atitude servirá para «tranquilizar» a direcção política da Renamo, que, disse ainda, nunca acreditou que a Frelimo aceitasse os acordos de Roma.

O regresso imediato de Dhlakama ao seu quartel-general em Moçambique, para explicar ao seu povo o verdadeiro significado dos acordos alcançados e «evitar que a Frelimo baralhe a situação», reforçou os boatos — que já circulavam em Roma — de que alguns chefes militares da Renamo se recusariam a suspender a guerra antes de conquistarem alguma cidade, a de Xai-Xai, por exemplo.

Não há ainda data marcada para a instalação de Dhlakama e/ou parte do seu estado-maior em Maputo, o primeiro grande teste à vontade dos dois beligerantes de conviverem em paz.

A implementação dos acordos oferece inúmeras dificuldades que só poderão ser resolvidas no terreno, nomeadamente o acantonamento, desarmamento e desmobilização das tropas, mas o Governo de Maputo, a ONU e os países que participaram directa ou indirectamente nas negociações parecem empenhados em acelerar o andamento do processo e criar, quanto antes, as primeiras estruturas de controlo.

O Comité Internacional da Cruz Vermelha iniciou já esta semana importantes operações aéreas para fazer chegar ajuda humanitária às zonas isoladas do Norte e Centro de Moçambique, de forma a fixar as populações.

O transporte e distribuição de alimentos, roupas e medicamentos coloca, porém, sérios problemas, e não apenas de segurança. Segundo uma fonte ocidental em Roma, «ter comida para distribuir confere um poder quase absoluto sobre as populações famintas, e não haverá liberdade nem democracia se as ajudas forem manipuladas para fins políticos»

Observadores em Moçambique

NA SEQUÊNCIA do Acordo Geral de Paz para Moçambique, o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, nomeou interinamente um representante pessoal que chegará a Maputo "nos próximos dias", à frente de uma missão de 25 observadores militares, com o objectivo de fiscalizar a aplicação daquele acordo. A decisão final do Conselho de Segurança está prevista para amanhã, em Nova Iorque. ■

MOÇAMBIQUE à espera do 'dia E'

Nicole Guardiola enviada a ROMA

«GOSTARIA, neste momento, de poder cantar e dançar com o povo moçambicano», afirmou D. Jaime Gonçalves, bispo da Beira, ao concluir a sua curta intervenção durante a cerimónia solene de assinatura do Acordo Geral de Paz para Moçambique.

Todos os oradores — oito, sem contar com os dois signatários do documento — falaram em «momento histórico», felicitaram o Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama e fizeram votos para a consolidação da paz, a reconstrução de Moçambique e o advento de uma era de progresso, amizade e desenvolvimento na África Austral.

Nunca tantos chefes de Estado, ministros, altos dignitários religiosos, diplomatas e representantes de instituições estiveram presentes numa cerimónia deste tipo não como meras testemunhas mas como intervenientes activos no processo que agora se inicia em Moçambique.

E todos prometeram juntar esforços para alicerçar o edifício, ainda precário e inacabado, que deve enquadrar as próximas fases do processo de paz em Moçambique.

Os benefícios que cada um dos países africanos vizinhos espera retirar do fim da guerra em Moçambique foram expressos com especial ênfase pelo Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, «Pick» Botha.

Para o primeiro, é a perspectiva do livre acesso aos portos moçambicanos, vital para a economia dos países sem acesso directo ao mar.

Por sua vez o chefe da diplomacia de Pretória — que se congratulava em privado por ter podido, pela primeira vez, em Roma, estreitar a mão de Robert Mugabe — disse que «as eleições na Namíbia e em Angola, os acordos de paz em Moçambique e a continuação das negociações constitucionais» no seu próprio país constituem um «virar de página» para a África Austral e para o continente africano no seu conjunto.

Enquanto os mediadores — Governo italiano, bispo da Beira e representantes da Comunidade de Santo Egídio — saboreavam os agradecimentos e os elogios, o senador Mario Rafaelli, coordenador das negociações, não resistiu à tentação de responder indirectamente às muitas críticas dirigidas aos mediadores ouvidas ao longo dos últimos dois anos, dizendo: «Afinal, fica provado que os italianos também são capazes de fazer coisas bem feitas».

Missão cumprida

Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, os últimos a usar da palavra, foram talvez os menos entusiastas, deixando transparecer alguns vestígios de desconfiança mútua, dando razão a Durão Barroso — o único observador europeu a discursar durante a cerimónia —, que exortou os moçambicanos à reconciliação. O secretário de Estado português invocou o exemplo angolano e lembrou que a aplicação dos acordos depende exclusivamente da vontade política dos signatários e que nenhuma ajuda da comunidade internacional poderá substituir o empenhamento dos dirigentes e do povo moçambicanos.

O Presidente Chissano respondeu às intervenções dos representantes dos países estrangeiros com um discurso de Estado e insistiu no «gigantesco esforço» que Moçambique tem pela frente «para reconstruir o país devastado pela guerra e pela pior seca de que há memória».

Para Afonso Dhlakama, o mais importante não é a paz mas a democracia, e esta batalha, disse, foi ganha pela Renamo, por os seus objectivos — instauração da liberdade, da democracia e do respeito pelos direitos humanos — estarem consagrados nos Acordos de Paz.

Finalmente, após o abraço entre os ex-inimigos, Joaquim Chissano entregou ao secretário-geral-adjunto da ONU, James Jonah, um exemplar do Acordo Geral de Paz, juntamente com um pedido formal do Governo moçambicano para que as Nações Unidas assumam a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar todo o processo até às eleições, previstas para um ano depois do cessar-fogo.

Com efeito, todos os acordos assinados, incluindo o «Termo do Conflito Armado» (TAC), só entrarão efectivamente em vigor com a nomeação, por Butros-Gali, do alto-comissário da ONU que presidirá à CSC (Comissão de Supervisão e Controlo), homóloga da CCPM angolana. Como esta, a CSC será composta pelo mesmo número de representantes do Governo de Maputo e da Renamo e decidirá por consenso.

Caberá pois a Butros-Gali determinar a data da tomada de posse da CSC, o famoso «Dia E» a partir do qual serão estabelecidos os prazos para as várias fases do processo de transição: um dia para a constituição do Estado-Maior das futuras Forças Armadas de Moçambique, 30 dias para o início do processo de desmobilização, 6 meses para o concluir; 60 dias para constituir a Comissão Nacional de Eleições, um ano para as eleições.

A solução do conflito moçambicano situa-se assim a meio caminho entre a «fórmula namibiana» e a «fórmula angolana» no que diz respeito ao papel da ONU e constitui, segundo Butros-Gali, «outro enorme desafio» à comunidade internacional. Além das tarefas político-militares, vai ser preciso canalizar urgentemente para Moçambique uma enorme quantidade de ajuda humanitária — para os desmobilizados, os refugiados, as populações famintas —, sem a qual a pacificação corre o risco de ser apenas uma miragem.

O espectro da Somália

Mas entre a pequena multidão que, terminada a cerimónia oficial, brindou com Chissano e Dhlakama à feliz conclusão da interminável maratona das negociações o sentimento dominante era de alívio.

Atrás ficavam quatro dias de angústias e tensões, durante os quais o espectro da Somália esteve sempre presente na mente de mediadores, observadores e convidados de honra.

A crise aberta pelas declarações de Dhlakama à sua chegada a Roma, quando o líder da Renamo lançou duras acusações contra o «Governo da Frelimo» e anunciou a intenção de não assinar nenhum acordo antes de ver satisfeitas todas as suas exigências, tinha atingido o seu auge a 3 de Outubro.

Às 11 da manhã, hora

marcada pela mediação italiana para a cerimónia final, embaixadores, convidados e jornalistas estavam reunidos no Palácio da Farnesina, sede do MNE italiano, mas não havia acordos de paz para assinar.

À porta dos hotéis onde estavam hospedados os Presidentes Chissano, Mugabe e Masire (do Malawi), os vice-presidentes do Botswana e do Quénia, Pick Botha, Durão Barroso, os representantes da ONU e da OUA, os grandes carros oficiais e os batedores estavam preparados, mas, no interior, a confusão era total. Dhlakama tinha-se recusado a qualquer encontro com Chissano e só aceitava tratar directamente com os mediadores — Rafaelli, D. Jaime Gonçalves e os dois representantes da Comunidade de Santo Egídio. Estes tinham trabalhado durante toda a noite na elaboração de um texto, considerado «irrecusável» pelo português António Sennfelt, observador e redactor principal. Porém, o líder da Renamo tinha apresentado contrapropostas cujo teor não tinha sido comunicado aos representantes do Governo de Maputo.

Chissano esperava, recolhido no seu quarto, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano, Pascoal Mocumbi, tratava desesperadamente de entrar em contacto com a mediação italiana e com o subsecretário de Estado norte-americano, Herman Cohen, que acabava de chegar a Roma.

Era o impasse. Chissano, diziam os seus colaboradores, não podia continuar muito mais tempo à espera sem graves danos para o seu prestígio e autoridade de chefe de Estado. Os outros chefes de Estado africanos estavam também impacientes e faziam as malas.

A situação era suficientemente dramática para justificar uma intervenção mais activa dos observadores — Cohen, Botha e Durão Barroso —, que tinham até então evitado toda a iniciativa susceptível de ser interpretada como uma pressão ou uma ingerência. Coube a Portugal o papel mais activo neste penúltimo esforço diplomático e os argumentos invocados foram suficientemente convincentes. O líder da Renamo deu garantias de que, resolvida a questão da administração dos territórios «libertados», não haveria, da sua parte, nenhum outro obstáculo à conclusão definitiva dos acordos.

Uma vez restabelecida a comunicação — e a confiança mínima — entre os dois líderes moçambicanos, o desenlace foi rápido. Pouco mais de um quarto de hora transcorreu entre a chegada dos medianeiros ao hotel onde estava instalado o Presidente moçambicano, com o texto do último protocolo emendado por Dlhakama, e a sua saída com o documento aprovado por Chissano.

«O fumo é branco», confirmou o bispo da Beira, enquanto o Presidente Chissano, numa conferência de imprensa improvisada para os jornalistas moçambicanos e portugueses presentes, dava pessoalmente a «boa-nova» aos seus compatriotas em Maputo. Mesmo assim, a ansiedade só desapareceu por completo quando todos os protagonistas desta longa maratona se encontraram reunidos na sala dos mapas-mundo do Palácio da Farnesina, para a cerimónia final.

Miguel Trovoada em Portugal para travar viragem francófona de S.Tomé

SEXTA-FEIRA 9 OUTUBRO 1992

A VISITA de estado do Presidente da República de S.Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, a Portugal, que ontem começou, é entendida em meios diplomáticos portugueses como um esforço para tentar travar a viragem do seu país para uma relação de cooperação preferencial com a França.

A viragem de S.Tomé para França, em detrimento de Portugal, tem vindo a ser defendida por um forte núcleo governamental liderado pelo primeiro-ministro, Norberto Costa Alegre, e em alguns meios diplomáticos da capital são-tomense fala-se mesmo num certo "anti-portuguesismo".

As fontes contactadas pelo PÚBLICO adiantaram que os adeptos de uma maior ligação a França e à África francófona têm tido no Presidente da República, Miguel Trovoada, o principal opositor ao avanço da sua tese.

Trovoada é um defensor da manutenção de relações privilegiadas com Portugal no domínio da cooperação e ainda ontem de manhã, no aeroporto da Portela, minutos após a sua chegada a Portugal declarou como principal objectivo da visita o alargamento e reforço da cooperação com o Estado português e com os agentes privados.

Curiosamente, refira-se a propósito da chegada de Miguel Trovoada a Lisboa que as honras militares, habitualmente a cargo de uma companhia de cerca de 160 homens, foram feitas por cerca de 70 militares o que causou alguma estranheza entre os diplomatas e políticos presentes.

Diplomatas portugueses com larga experiência da política africana disseram ao PÚBLICO que Portugal deveria reforçar o seu investimento em S.Tomé e Príncipe no contexto da definição de uma estratégia que lhe permitisse entrar com mais firmeza nos países vizinhos, designadamente a Nigéria e o Gabão, e que representam um mercado potencial de quase 200 milhões de pessoas.

Portugal gasta anualmente cerca de 15 milhões de dólares na cooperação com S.Tomé e Príncipe e cerca de 10 a 15 por cento da população deste país africano reside no nosso país.

Durante a presente visita a Portugal, Miguel Trovoada, que é acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Albertino Bragança, Indústria, Comércio e Turismo, Arzemiro dos Prazeres, e da Saúde, Dulce Bragança Gomes, vai manter diversos contactos com empresários portugueses.

Recorde-se que uma das obras mais recentes que resultou da cooperação com Portugal foi o novo centro de produção e emissão de televisão de S.Tomé que custou cerca de 400 mil contos.

Até ao fim do ano, deverá ser inaugurada uma escola portuguesa em S.Tomé e a Central Eléctrica do Príncipe que dotará esta ilha de total autonomia energética. ■

Eduardo Dâmaso

Eleições na Guiné-Bissau

QUARTA-FEIRA, 7 OUTUBRO 1992

O PAIGC, partido no poder na Guiné-Bissau, e a oposição chegaram a consenso quanto à realização das primeiras eleições pluralistas para o primeiro trimestre de 1993. A decisão foi tomada no final da 5ª sessão de trabalho da Comissão Multipartidária de Transição (CMT), que reuniu na noite de segunda-feira em Bissau. "Só falta acertar a data das eleições e a sua precedência", disse ontem à Lusa João Dantas, dirigente do Movimento para a Unidade e Democracia, que preside actualmente aos trabalhos da CMT. ■

Trovoada com Cavaco e Sampaio

PÚBLICO
10 OUTUBRO 1992

O SEGUNDO dia da visita oficial do Presidente de São Tomé e Príncipe a Portugal foi assinalado pelos encontros com o primeiro-ministro português e com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa. De manhã, Cavaco Silva foi ao Palácio de Queluz avistar-se com o Presidente são-tomense, com quem discutiu o melhor aproveitamento do potencial turístico de São Tomé e Príncipe. À tarde, Miguel Trovoada esteve nos Paços do Concelho da capital, onde o principal tema dos discursos foi o aumento da cooperação entre Lisboa e a cidade de São Tomé. ■

O Ciskei e o futuro da África do Sul

Pieter Swanepoel*

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE OUTUBRO DE 1992

OS ACONTECIMENTOS ocorridos no Ciskei no passado dia 7 de Setembro chocaram a África do Sul e o mundo, e o facto de se terem previsto não reduz em nada o horror que causaram. 28 pessoas morreram tragicamente e aproximadamente 190 ficaram feridas durante os confrontos.

As posições firmes e claras defendidas pelo secretário-geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas perante a violência na África do Sul foram bem recebidas pelo Governo sul-africano. Aquelas duas entidades apelaram a todos os partidos para que trabalhem em conjunto no sentido de se eliminar a violência e para que regressem à mesa das negociações com o fim de se estabelecerem as bases de uma rápida transição pacífica para uma democracia não-racial. O Governo sul-africano associou-se a esses objectivos e uma vez mais reafirmou o seu empenho em os alcançar.

Os confrontos ocorridos em Bisho a 7 de Setembro de 1992 são a verdadeira antítese daquilo que o Governo sul-africano se tem esforçado por obter. O Governo chamou a atenção para o facto de que a planeada acção de massas promovida pela aliança ANC/Partido Comunista — na actual atmosfera de tensão e hostilidade — poderia ter resultados desastrosos.

O Governo também apelou ao chefe e ao Governo do Ciskei para que agissem com restrição e que respeitassem todas as decisões judiciais tomadas antes dos incidentes. Mas as chamadas de atenção e os avisos por parte do Governo passaram largamente desapercebidos.

A 6 de Setembro de 1992, o Presidente da República enviou uma carta ao líder do ANC, Nelson Mandela, em que, em referência à petição por parte do Governo do Ciskei para uma proibição da acção de massas, insistiu para que o ANC reconsiderasse seriamente a realização da marcha se o tribunal decretasse em favor do Governo do Ciskei. De Klerk salientou a situação de insegurança e a grande possibilidade de perda de vidas.

Dois vice-ministros sul-africanos visitaram a área e tiveram oportunidade de conversar com todas as partes interessadas acerca da acção de massas proposta, segundo as directrizes do Acordo Nacional de Paz e da Comissão Goldstone. Se o Tribunal decidisse contra o Governo do Ciskei, o Governo sul-africano poderia apelar para que o último cumprisse a decisão.

O papel de Mandela

O Governo sul-africano poderia então prestar assistência no sentido de garantir que o evento se realizasse sem incidentes. Na carta que dirigiu a Mandela, o Presidente reiterava que a situação política no Ciskei poderia apenas ser tratada dentro das estruturas do conjunto das negociações constitucionais.

Durante uma conversa telefónica com Mandela, nesse mesmo dia à noite, De Klerk confirmou que certos distritos situados do lado da fronteira sul-africana tinham sido declarados áreas de insegurança e que poderiam ser levantadas barricadas nas estradas. Estas medidas dariam às forças de segurança sul-africanas a possibilidade de garantir que as acções de protesto nesse lado da fronteira se realizassem em conformidade com o Acordo Nacional de Paz e com as directrizes negociadas pela Comissão Goldstone.

Mandela respondeu que, quaisquer que fossem as decisões do tribunal, advogava acordos mutuamente aceitáveis quanto à acção de massas em, ou perto de, Bisho, em conformidade com o Acordo Nacional e as directrizes da Comissão Goldstone. Manifestou ainda a disponibilidade dos seus representantes legais para negociar com os Governos da África do Sul e do Ciskei.

Na carta que enviou posteriormente, Mandela afirmou que o ANC não reconhecia o Ciskei, pelo que não se considerava vinculado às decisões tomadas pelos seus tribunais.

No domingo à noite, dia 6 de Setembro, o Gabinete do Presidente da República emitiu um comunicado no qual se confirmavam as medidas tomadas pelo Governo sul-africano no sentido de assegurar uma resolução pacífica do problema. Entretanto, o Supremo Tribunal do Ciskei deliberou dar competência ao magistrado local para regulamentar a planeada manifestação. Este último, por sua vez, decidiu permitir a realização da marcha de acordo com as seguintes condições: a concentração deveria ter lugar no Estádio de Bisho entre as 12h00 e as 16h30 horas e os participantes não poderiam transportar ou estar em posse de quaisquer armas.

O Presidente da República fez um apelo final e urgente a Mandela para que o ANC actuasse em conformidade com as condições estipuladas pelo magistrado, no sentido da manutenção da paz e de serem evitadas quaisquer perdas de vidas.

O Governo sul-africano solicitara com insistência ao Governo do Ciskei que acatasse as decisões e tinha oferecido os seus bons ofícios a todas as partes, com o propósito de assegurar a realização da acção de massas de modo pacífico. De Klerk referiu-se à crescente situação explosiva e insistiu, uma vez mais, para que Mandela fizesse tudo ao seu alcance para garantir uma acção de massas pacífica e segundo a estrutura do Acordo Nacional de Paz e as directrizes da Comissão Goldstone.

Quanto à declaração proferida por Mandela de que o ANC não reconhecia o Ciskei, o Presidente da República sublinhou que o ANC não tinha levantado quaisquer objecções quanto à participação de estados, como o Ciskei, na CODESA e que tinha declarado que não apoiaria qualquer interferência nos assuntos internos de outro estado, o Transkei, até que fosse reintegrado na África do Sul.

Entretanto, uma delegação de vice-ministros sul-africanos continuava a trabalhar intensamente com o fim de garantir que tudo fosse feito para evitar uma confrontação sangrenta. Para além de ter sido solicitada a intervenção do Secretariado Nacional da Paz, foram enviadas forças de defesa e da polícia sul-africanas para a zona junto à fronteira do lado sul-africano como meio de intimidação à violência. Tais forças foram colocadas em estado de alerta para o caso de a violência eclodir em larga escala.

O ANC opôs-se à presença destas forças na área, mas elas não estiveram de modo algum envolvidas no tiroteio, embora tenham dado a sua contribuição no transporte dos feridos para que lhes fosse rapidamente prestada assistência médica.

Apesar de todas as tentativas efectuadas pelo Governo sul-africano, assim como por outras partes interessadas, para conter a situação, a acção de massas que se realizou a 7 de Setembro de 1992 teve como resultado a violência e a chacina que tanto temíamos.

As causas destes acontecimentos e os seus responsáveis terão de ser apurados. Quaisquer campanhas de propaganda que possam ser agora levadas a efeito não trarão quaisquer benefícios nem para a África do Sul nem para a paz. O Governo está em contacto permanente com a Comissão Goldstone quanto a esta questão, por entender que ela tem um papel a desempenhar.

Estes graves acontecimentos não se passaram no Ciskei por mero acaso. Embora este estado possua um governo não-eleito e militar, isso não constitui razão suficiente para que ele seja escolhido para uma campanha de acção de massas. A questão é que o chefe do Governo do Ciskei é um opositor do ANC/Partido Comunista, pelo que, segundo estes, deve de ser demitido.

Outros governos não-eleitos e militares, tais como os do Transkei e Venda, que são seus aliados, não estão sujeitos a campanhas de acções de massas nem tão-pouco são exigidas as suas demissões. A alegação de que a campanha de acção de massas se inspira no anseio pelo estabelecimento de uma livre expressão política constituiu uma tentativa clara de manipulação da verdade.

Quem diz estar contra a natureza não representativa dos governos militares, e o Governo sul-africano opõe-se realmente a tal tipo de governos, deveria de defender que os governos militares do Transkei, do Ciskei e de Venda [illegible]m substituídos por administrações civis. Mas a aliança ANC/Partido Comunista apoia os regimes do Transkei e de Venda e mostra-se plenamente satisfeita com o facto de eles não serem representativos, pensando até que eles deveriam continuar independentes até ser negociada a sua reintegração na África do Sul.

O Governo continua empenhado numa Constituição nova, negociada e totalmente democrática. Relacionada com ela está o facto de se terem de realizar eleições o mais breve possível. No entanto, chegámos a uma situação em que a violência está a tornar cada vez mais difícil a realização desses ideais. Por esta razão, todos nós devemos agora juntar todas as nossas forças e apelar para todas as nossas energias para tentar pôr cobro à violência política e isolar os líderes políticos e revolucionários que continuam apegados a ela.

Nestas circunstâncias, o encontro entre o Presidente De Klerk e o Presidente do Congresso Nacional Africano, realizado em 26 de Setembro de 1992, revestiu-se da máxima importância. À parte a Acta de Entendimento aí acordada, o caminho que se abre à nossa frente implica os seguintes pontos:

— as duas delegações concordaram que esta cimeira lançou as bases para o retomar do processo de negociações.

— a delegação do ANC informou o Governo sul-africano de que recomendaria à sua Comissão Executiva Nacional que retomasse o processo de negociações, após o que se realizariam amplas conversações bilaterais.

* *Embaixador da África do Sul em Lisboa*